

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO E GESTÃO DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA CASA FAMÍLIA RURAL “MANOEL PAULINO DE SOUSA”- ABAETETUBA/PARÁ**

Juliany Serra Miranda

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios e Identidades – PPGCITI.  
Universidade Federal do Pará - UFPA, juliany\_serra@hotmail.com

Denival de Lira Gonçalves

Mestre em Ciências e Meio Ambiente, Coordenador Estadual do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.  
Universidade Federal do Pará - UFPA, denivalg@bol.com.br

### **RESUMO**

O presente estudo apresenta os primeiros dados referentes a uma pesquisa sobre as implicações da Casa Familiar Rural Manoel Paulino de Souza (localizada no município de Abaetetuba/PA), um Centro de Formação por Alternância, que em sua gênese é gerido pela comunidade passar a ser gerido pela Secretária Municipal de Educação. Os dados aqui apresentados compreendem levantamento bibliográfico sobre educação do campo, casas famílias rurais e gestão democrática; e análise dos documentos que regulam o funcionamento da CEFA. Nesta análise verificamos que não há impedimentos a transferência da gestão da escola para a secretária municipal de educação, entretanto afirmar se tal fato descaracterizaria a CEFA exige o desdobramento da pesquisa em outra pesquisa, envolvendo não somente documentos, mas dando voz aos sujeitos envolvidos no processo.

**Palavras-Chave:** Educação do Campo, Casa Familiar Rural, Gestão Democrática.

### **I- INTRODUÇÃO:**

A gestão democrática da escola é um tema muito debatido na atualidade, pois trata de conceitos como gestão, democracia e cidadania, que detêm uma multiplicidade de abordagens e práticas sociais. A produção acadêmica, no campo das ciências da educação, sobre a gestão democrática da educação e da escola, é relevante, entretanto, a temática da especificidade da gestão democrática da Educação do Campo e das Casas Famílias Rurais (CFR) é um fenômeno ainda pouco estudado no interior das ciências da educação.

Uma educação que atenda as especificidades do campo e que promova o direito à cidadania aos sujeitos do meio rural está sempre na pauta das reivindicações dos movimentos organizados do campo. Nesse contexto e com o objetivo de atender as especificidades do homem do campo que surgem as Escolas Famílias Agrícolas (EFA) e as Casas Famílias Rurais (CFR), espaços de experiências de formação de jovens geridas pelos próprios trabalhadores com o apoio da comunidade.

Baseados em experiências das “Maison Familiale Rurale (MFR)”, que se constituíram como uma alternativa para formar as crianças e jovens franceses sem que estes precisassem abandonar o meio rural as EFAs e CFRs, surgem como uma possibilidade de educação apropriada às necessidades sociais e históricas, a fim de minimizar o êxodo, desenvolver o campo, superar as condições de pobreza, abandono, entre outras mazelas existentes no campo, através de uma formação conscientizadora dos jovens e suas famílias junto às comunidades.

No estado do Pará a primeira Casa Familiar Rural surge no município de Medicilândia em 1995 com o objetivo de atender aos anseios de agricultores/as, lideranças políticas e educadores/as preocupados em buscar alternativas educacionais para o meio rural. A metodologia, pedagogia da alternância, e o modo de gerir inovador no cenário paraense tiveram destaque e diversas outras casas foram criadas com a mesma forma de organização. Atualmente existem 29 Casas Familiares Rurais nos municípios de Santarém, Gurupá, Pacajá, Uruará, Cametá, Óbidos, Juruti, Rurópolis, Placas, Brasil Novo, Altamira, Anapú, Tucuruí, Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri, Cachoeira do Arari, Moju, Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, São Félix do Xingu, Tucumã, Portel, Ourem, Oeiras do Pará, Alenquer e Xinguara, Barcarena e agora também Abaetetuba, cidade em que se localiza a Casa Familiar Rural Manoel Paulino de Sousa, escola que pretendemos pesquisar.

O sucesso das Casas Familiares Rurais é atribuído à gestão das escolas e a pedagogia da alternância, pois se compreende que nestas escolas há o respeito às especificidades dos sujeitos do campo, uma vez que permite que os jovens não se distanciem de seu cotidiano, as Casas Familiares Rurais também utilizam as experiências familiares do educando como propulsora da proposta educativa. Essa medida não só articula teoria e prática, propiciando a vivência da práxis ação–reflexão–ação, como também faz com que a família do educando se assuma como parte integrante do processo pedagógico.

A metodologia utilizada e a forma de gestão das Casas Famílias Rurais ainda é algo novo no estado do Pará, e que por isso causa “estranheza”. Investigar como estas escolas, criadas para atender a necessidades da população rural europeia foram adaptadas à realidade amazônica e compreender as implicações na comunidade desta forma participativa de conduzir o projeto educativo são as questões que pretendemos responder.

Neste trabalho apresentamos alguns pontos por nós observados em uma dessas experiências de Casas Famílias Rurais – CFR localizadas no estado do Pará. A Casa Familiar Rural Manoel Paulino de Sousa, localizada no município de Abaetetuba, é uma instituição nova, a autorização de funcionamento dela é de 2003 e possui particularidades que as

diferem de outras CFR típicas: a escola é considerada uma instituição municipal de ensino, e por isso está relacionada entre as escolas coordenadas pela Secretária Municipal de Educação de Abaetetuba e o público discente que a frequenta é em sua maioria oriundo de áreas agroextrativistas.

A gestão das CFR é considerada por muitos um exemplo de gestão democrática, uma vez que em sua origem as Casas Famílias Rurais são geridas por um conselho que delibera em todas as instancias da escola, projeto político pedagógico, infraestrutura, financiamento. PARO (1997) descreve a forma de organização das CFR como um caminho acertado para a Gestão Democrática, para ele as CFR são conduzidas democraticamente por apresentarem processos seletivos de escolha dos dirigentes, colegiados com participação de alunos, pais e comunidade escolar, associações de pais e professores grêmio estudantil, processos coletivos de avaliação continuada dos serviços escolares e acima de tudo, um planejamento participativo. Tudo isso articulado por uma estrutura que em termos administrativos, propicie uma efetiva utilização racional dos recursos disponíveis na concretização de fins educativos; e, em termo político conduza a uma democrática coordenação do esforço humano coletivo, apta a reivindicar do Estado os recursos necessários e a estar em consonância com os interesses das camadas trabalhadoras, usuárias da Educação Básica.

A CFR Manoel Paulino de Sousa possui uma característica que nos chama atenção e até mesmo estranhamento, pois é uma CFR coordenada por uma Secretária Municipal de Educação. VEIGA (1995, p18) escreve que a dependência de órgãos intermediários anula o individualismo, a autonomia das escolas, tornando-as meras executoras das políticas educacionais elaboradas pelas secretárias.

As secretárias municipais e estaduais de educação, por mais que tenham técnicos comprometidos em agir em conformidade com o que determina a Constituição da República Federativa do Brasil 1988, em seu artigo 206, inciso IV, que estabelece a gestão democrática do ensino público na forma de lei e com a LDB em seu artigo 14 que institui que os sistemas e ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público, na educação básica, de acordo com suas peculiaridades ainda tem certa resistência para aceitar novas metodologias e modos de gerir, o que ocorre de acordo com LIBANEO (2003) em razão de fortes resquícios da tendência técnicas- científica da gestão escolar ainda presentes na formação destes técnicos.

A modalidade de educação proporcionada pela CFR apresenta-se como uma proposta em que os sujeitos envolvidos participam diretamente da construção do conhecimento é uma construção coletiva do saber que visa à formação integral dos jovens, no manual que orienta

a organização das Casas Familiares Rurais, publicado pela ARCAFAR/SUL há o detalhamento da filosofia que orienta as CFR e as metodologias que devem guiar o processo educativo. Na leitura deste documento observa-se um dos diferenciais destas escolas que é a formação voltada não para atender a interesses mercadológicos, mas sim aos interesses da comunidade, entretanto sem desprezar a importância de formar estes jovens para interagir em sociedade, isto é os conhecimentos ditos universais também são estudados.

Neste trabalho apresentamos os dados preliminares de nossa pesquisa que intenta por meio da descrição das especificidades do projeto pedagógico da escola e identificar as contribuições do projeto educativo da Casa Familiar Rural “Manoel Paulino de Sousa”, localizada no município de Abaetetuba, estado do Pará para a Educação do Campo e para a comunidade em que está inserida.

## **II- Metodologia:**

No primeiro momento da pesquisa nos atemos à pesquisa bibliográfica e documental, por meio de uma abordagem qualitativa, cujas características agregam segundo SERRANO (1994) a teoria como reflexão da prática; a compreensão da realidade; a descrição do fato onde ocorre o acontecimento; a profundidade nos diferentes motivos dos fatos; a visão do indivíduo enquanto sujeito interativo, comunicativo que compartilha significado. Nesta reunimos bibliografia sobre Educação do Campo, Alternância Pedagógica, Gestão democrática e os documentos que orientam o funcionamento das CRF.

Em uma abordagem qualitativa, os sujeitos de estudo não são reduzidos a variáveis isoladas ou a hipóteses, mas vistos como parte de um todo. O sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2001, p.79).

É essa interação dinâmica com a realidade e com os sujeitos, que norteou nossos olhares para os documentos que regulam o funcionamento da Casa Familiar Rural Manoel Paulino de Souza, descrevendo as nossas observações, mas não apresentando elas como respostas, e sim como pistas que permitam desdobramentos em outras pesquisas sobre a temática.

## **III – Primeiras Considerações**

A Casa Familiar Rural Manoel Paulino de Souza possui características similares e

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

específicas em relação às outras Casas Familiares Rurais do Brasil e do Estado do Pará. De similaridades com as demais citamos o propósito de criação dela, ela foi criada para atender a uma demanda específica dos sujeitos do campo do Baixo Tocantins. Quanto as especificidades destacamos o fato dela ser uma escola municipal de ensino, as CFR em sua essência são escolas comunitárias, geridas por cooperativas ou associações.

A casa Familiar Manoel Paulino de Souza é um CENTRO FAMILIAR DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA- CEFFA, instituição de ensino público de nível Fundamental e Médio, funcionando a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Abaetetuba, Associação das Famílias da Casa Familiar Rural da Comunidade do Sítio Santo Antônio no município de Abaetetuba, Movimentos Sociais e Entidades via Fórum de Educação do município de Abaetetuba.

A leitura dos documentos que regulamentam o funcionamento da escola não apresentam nada que descaracterize as metodologias ou a missão da Casa Familiar Rural Manoel Paulino de Souza, o atrelamento de uma CEFA a uma secretária municipal de educação não é algo impedido no Brasil. Pelo contrário o Decreto 7352/2010, que dispõe sobre Educação do Campo ao orientar que a União promova formação formal para os sujeitos do campo respeitando as suas especificidades com apoio do Estado e Municípios estimula que se busque parcerias que apoiem projetos de formação para os camponeses.

Na análise dos documentos não observamos nenhum impedimento à gestão da escola estar nas mãos do município, entretanto na pesquisa bibliográfica observamos pontos que nos levaram a questionar se a participação da comunidade, assegurada nos documentos e vivenciada na prática. Assim pretendemos dar continuidade em nossa pesquisa ouvindo os sujeitos envolvidos no processo.

Pretendemos em uma segunda parte de a pesquisa elaborar instrumentos de coleta que nos permitam ouvir o que a comunidade escolar e os gestores municipais têm a dizer sobre a descaracterização da gestão da CEFA, de comunitária a estatal.

### **Bibliografia:**

BRASIL. (1998). Constituição da República Federativa do Brasil



BRASIL (1996). Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 164 p.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes//**; tradução Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva. \_ Porto Alegre: Penso 2013.256p.

GILLY, p. **Manual das Casas Familiares Rurais**. ARCAFAR/SUL. N.1.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar: políticas, estruturas e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. Editora Ática S.A: 1997.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto-político-pedagógico da escola, uma construção possível**. Campinas, Papirus, 1995.

SERRANO. Gloria Péres. Modelos o Paradigmas de análises de La Realidad. Implicaciones Metodológicas. In: **Investigaciones Cualitativa. Retos e Interrogantes**. Madri: La Muralla, 1994.

ZAYAS, E.L.B.; MONTAYA, J.M. **El Estudio de Casos: Fundamentos y Metodologia**. Universidad Nacional de Educacion a Distancia, 1995.